

Exmo(a). Senhor(a)

Diretor(a)

| | | | |
|------------------------------------------------|---------------|------------------|------------|
| v.referência | v.comunicação | n.referência | data |
| | | FOA.1713498.2011 | 30-11-2011 |
| assunto | | | |
| Cotutela – Cumprimento do regulamento em vigor | | | |

O Regulamento de doutoramento em regime de cotutela internacional da UPorto, aprovado por despacho reitoral GR.01/06/2010 de 17.06.2010, estabelece as condições em que pode ser estabelecido um regime de cotutela no âmbito da formação de nível de terceiro ciclo na U.Porto.

Para a concretização desse regime é necessário, antes de mais, a celebração de um acordo formal prévio, firmado pelos reitores das universidades envolvidas, conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 2.º do regulamento: *“A atribuição do grau de doutor pela U.Porto, com referência ao regime de co-tutela internacional, é conferido num ramo de conhecimento ou sua especialidade enquadrado(a) por um terceiro ciclo acreditado e em funcionamento e em que o estudante está regularmente inscrito, mediante acordo prévio explícito entre os estabelecimentos de ensino superior participantes, nas condições aqui fixadas.”* Esse acordo deverá definir *“...o trabalho a desenvolver pelo estudante [que terá de estar regularmente inscrito num terceiro ciclo acreditado e em funcionamento na UPorto] e contenha as condições em que a frequência dos ciclos de estudo e a co-tutela se vão desenvolver, bem como as cláusulas a que ficam obrigados os participantes.”* (artigo 3.º)

Apesar da clareza deste regulamento, temos verificado que, não raras vezes, a proposta de formalização do referido acordo para a realização e cumprimento da cotutela é efetuado pelas partes envolvidas em data muito tardia, por vezes mesmo em data ulterior à conclusão do período de investigação na instituição parceira e, mais grave ainda, muitas vezes já depois de concluída a redação da tese.

Nesta situação, a viabilização da celebração do acordo em tempo útil torna-se muito difícil na medida em que, estando em causa a atribuição de grau em simultâneo pela U.Porto e pela universidade parceira, deverão ser cumpridas as normas vigentes em ambas, por vezes diferentes, e o esforço para as compatibilizar pode obrigar à consulta de vários serviços, não havendo a garantia da sua assinatura em tempo útil.

Por outro lado, verificamos igualmente que, não obstante o *Regulamento de doutoramento em regime de cotutela internacional da UPorto* estabelecer com rigor as condições que devem ser cumpridas, são muitas vezes apresentadas propostas em clara desconformidade com a regulamentação em vigor, não podendo nestas circunstâncias ser dado parecer favorável, pelos serviços competentes, à assinatura do Reitor, o que naturalmente frustrará as expectativas que foram criadas no estudante e eventualmente na instituição parceira. E mesmo que seja feito um grande esforço de compatibilização das normas da U.Porto com as daquela, tal esforço implica tempo e negociação que pode inviabilizar a assinatura em tempo útil quando o processo deu entrada tardia na reitoria.

Face ao exposto, solicito a V. Exa. a melhor colaboração no sentido de serem devidamente informados todos os docentes que têm coorientações internacionais, bem como os serviços que prestam apoio nesta matéria aos docentes e aos estudantes, para a necessidade de respeito pleno pelo previsto no regulamento, em simultâneo com a divulgação da possibilidade deste regime de doutoramento, para que as propostas de acordo com as universidades parceiras possam ser apresentadas e aprovadas no decurso do primeiro ou início do segundo ano do ciclo de estudos.

Agradecendo a melhor atenção a este assunto, apresento os meus melhores cumprimentos.

A Vice-Reitora,



(Maria de Lurdes Correia Fernandes)

/MP